

Vidas para sempre descoloridas

*Rachel Sztajnberg**

O sujeito não nasce para morrer, mas para recomeçar.
(Hanna Arendt)

Ida, essa obra magistral do polonês Pawel Pawlikowski, foi aclamada internacionalmente em 2014, quando foi exibida e arrebatou o prêmio de melhor filme estrangeiro no Oscar. Ao longo de sua projeção, *Ida* guarda um tom solene, a beirar o austero. Um texto seco, enxuto, acompanha as cenas, as quais o experiente e sábio diretor intuiu que só cabia apresentar em preto e branco. Não teria sentido dotá-las de cor e luz, cairiam como uma nota dissonante a macular a coerência da forma e conteúdo dessa primorosa produção cinematográfica.

Essa linha de coerência artística ressalta também a sensibilidade criativa do inspirado cineasta na construção dos protagonistas. *Ida*, econômica e enigmática, reflete o mistério que envolve sua história e o ambiente que acolheu o seu desamparo. Já sua tia, Wanda, personagem inspirada em uma sobrevivente do Holocausto, como não permaneceu intramuros, exhibe o universo mundano no qual forjou seu desinibido – às vezes despudorado – jeito de ser. Era sua estratégia de sobrevivência.

O que sim, existe, em comum, embora em versões igualmente diferenciadas, é o indisfarçável vazio presente no pós-guerra, o qual sucedeu ao horror de uma das mais escabrosas páginas da história da Humanidade.

* Psicanalista, membro efetivo, supervisora e coordenadora de seminários da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ).

Quem sabe se o convento não aponta o desejo de enclausurar a vergonhosa aberração perpetrada na Guerra? Já a rua escancara os efeitos sinistros da barbárie, mesmo para quem não a viveu. O traumático impregna a cena onde ele se dá e inocula com seus traços residuais para além dos sobreviventes imediatos. As gerações subsequentes carregam as marcas mudas e indelévels do que se transmitiu por vias explícitas ou “subterrâneas” às gerações seguintes.

A propósito, vale a pena considerar se o filme mais recente desse diretor, *Guerra Fria*, indicado também para o Oscar em 3 categorias, não confirma essa consideração feita aqui. Ele próprio, afinal, em uma entrevista, afirmou convicto: “A história de meus pais é a matriz de todas as minhas histórias”.

Complementando, não seria abusivo dizer que a história de um país vira carne no povo que o habita. E mais: quando a transmissão é contundente, até mesmo o inocente espectador da reprodução na tela desse passado ignóbil não tem como ficar indiferente. A intensidade do que lhe está sendo apresentado ecoa em seus sentidos e o faz compartilhar da angústia transmitida na tela pelos personagens retratados.

Voltemos à película. A jovem noviça criada no convento está para prestar os votos que equivaleriam à renúncia definitiva ao mundo pagão que não chegara a conhecer. A Madre Superiora lhe propõe encontrar-se com a tia, única sobrevivente familiar de que se tinha notícia. Esta, apesar de repetidamente convocada, nunca manifestara interesse em conhecê-la. Uma vez procurada pela sobrinha, entretanto, é através dela que Ida é apresentada às suas origens, sua identidade, sua filiação. A noviça tem notícia também da execução de seus pais, solicitada por eles mesmos a um vizinho. Uma deliberação dramática, desesperada ante a iminente aproximação das tropas inimigas que selariam um irremediável desfecho à comunidade estigmatizada e fadada à extinção. O filho da tia fora incluído nessa execução porque, sendo menino e circuncidado, estava já sumariamente condenado.

Com a ajuda das remanescentes testemunhas, as duas mulheres resgatam os restos de seu pungente romance familiar e promovem, com a dignidade possível, a exumação dos corpos e seu decente sepultamento num ritual tosco, mas humanizado.

Despojada de sua cínica e frágil armadura, Wanda, a tia, viu-se obrigada a confrontar-se com sua perda irreparável. A cripta que acomodou dentro de si para isolar o funesto e proteger-se do total aniquilamento, não resiste e se rompe. Estilhaçada pela dor incontida, Wanda, num ato até então insuspeitado, se projeta bruscamente no vácuo. Cena impactante, plateia perplexa.

Desprovida agora do último laço com sua rede original, e estranha a tudo que a rodeia, Ida está mais só do que nunca. Esboça, então, gestos tímidos para experimentar esse desconhecido à sua frente. Calça os elegantes sapatos da tia, legado simbólico, ferramenta necessária para suas andanças pelo mundo do qual tinha ficado à margem até agora. Aproxima-se do rapaz que conhecera, desenvolve uma relação amorosa com ele, “cai na vida”. Ensaia seus primeiros passos na direção de uma vida comum, como a de todo mundo: apaixonar-se, casar, ter filhos, circular na comunidade humana de um jeito banal. Tenta vislumbrar esse destino para ela, mas não consegue. Recompõe-se e opta por retornar ao convento. Era lá que ela se reconhecia, lá tinha sido dotada de uma pertinência reaseguradora mínima: paradoxalmente, sua realidade original tinha ficado longe demais e não fazia sentido para ela, o familiar era agora só estranheza.

Diferente da tia, que revive o traumático e sucumbe a ele quando seu esforço para sobreviver perde o precário sentido que tinha até então, Ida, bem ou mal, tinha para onde voltar. Estava preservado nela algum sentido de futuro, mesmo que fosse “enterrar-se” no convento, um cotidiano previsível e à margem da realidade banal, mas onde a existência estava garantida e as surpresas, independentemente de seu colorido, festivo ou sinistro, pudessem ser reduzidas ao mínimo indispensável.

O que essa tocante película resulta ilustrar são os diferentes destinos que a experiência traumática pode ganhar, desde sua radicalidade irreversível até uma acomodação possível que permita o enquistamento do insuportável e o consequente espaço livre onde outras experiências possam se inscrever. Não é que o luto seja elaborado, ele fica congelado, pela ausência de um trabalho elaborativo.

Temos registros de alguns sujeitos que, atravessados por esse inominável, esse real irrepresentável, ainda foram capazes de uma reorganização subjetiva que lhes permitiu retomar a vida, construir sentidos e desenvolver laços afetivos saudáveis, mesmo quando não conseguem evitar que restos do horror os visitem a partir de um *link* do presente com esse passado que não era para ser mais tocado. Nesses casos, o que talvez conte favoravelmente para a travessia desses fantasmas que acordam e voltam a assombrar, sejam os *backgrounds* benignos do sujeito, os que consolidaram suas fundações, a base de sua estrutura.

Essa sustentação inaugural facilita uma resistência que permite ao sujeito, ainda que abalado, conviver com a desilusão sem perder a esperança. Pode contar com sua capacidade de resiliência.

O conceito clínico da cripta aparece pela primeira vez em Abraham e Torok para nomear esse enterro psíquico de uma vivência de humilhação ante um in-

dizível, um horror sem nome. Piera Aulagnier, entre outros autores, retomou mais tarde essa noção porque também identificou esse cemitério implantado em alguns pacientes. Um território sagrado a ser respeitado como inabordável pelo risco que representa de ameaçar a própria vida caso se queira forçar seu arrombamento. Tendo-se dado, após um trauma, uma catástrofe sem precedentes, a impotência configura uma morte simbólica. Perde-se o poder de representação das palavras e a linguagem entra em falência. Sem palavras, a dessubjetivação, a morte psíquica advém como perigo iminente. Se o horror não tem como ser dito, ele não tem nome. Uma parte do sujeito deixa de existir e compromete a integridade desse ser à guisa de uma mutilação, um arrancamento.

Vale lembrar aqui que isso é bem diferente do que Piera apontou como a violência da interpretação, onde o encontro com a linguagem tem um caráter estruturante. Ao contrário, o buraco da ausência de palavras funda uma estranheza impossível de ser contornada. Primo Levi, sobrevivente do Holocausto, dedicou sua vida a transmitir seu testemunho e suas reflexões sobre o horror. Uma vez afirmou: “A nossa língua não tem palavras para expressar essa ofensa, a aniquilação de um homem”. O título de um de seus livros sintetiza a questão crucial: “É isso um homem?” onde ele confronta a humanidade com a barbárie que pode promover.

A convicção desse autor vai de encontro a um dos axiomas fundamentais da Psicanálise, o de que na palavra estaria a nossa “salvação”. Representação e elaboração libertariam o sujeito do seu aprisionamento traumático. Nas experiências-limite muitas vezes o máximo a que se pode chegar é a apresentação de restos de verdade, retalhos que não constituem o todo do vivido. Sendo assim, dão conta apenas em parte de sua inclusão psíquica. Primo Levi combateu a convicção de Bruno Bettelheim, psicanalista também egresso do campo de concentração, quando este sustentou que a Psicanálise poderia dar conta das feridas traumáticas inomináveis. Textualmente, Levi assim se posicionou:

Para Bettelheim, a armadura psicanalítica é como um evangelho através do qual tudo se esclarece. É um risco se servir das palavras para constituir uma blindagem, suprimir a dúvida e o espanto, os meios-tons, as intransponíveis zonas de opacidade (LEVI, 1988/2013).

Para Levi, enfrentar a verdade é, ao contrário, suportar o silêncio.

Um sonho seu ilustra bem o que era vivido no campo de concentração: “Estou sozinho no centro de um nada cinzento e perturbador. Uma voz, então, pronuncia uma única e terrível palavra: ‘Levanta-te’”.

Uma palavra de ordem, era só o que havia para além do torpor mortífero da experiência insuportável do sem-sentido, a zona cinzenta desse real terrorífero. Trata-se de algo que excede as palavras, há um choque entre a linguagem e o vazio. O inassimilável, a coisa, pode, ainda assim, produzir alguma outra coisa na qual o egresso do Holocausto parece se sustentar. É o instrumento que lhe permite se reconstruir e se reinserir na cultura da qual esteve alijado. Dá-se assim uma certa recuperação, mas frágil, uma vez que o reencontro com o que quer que evoque o traumático pode precipitá-lo de novo na zona cinzenta. Foi o que se deu tanto com Primo Levi quanto com Bettelheim, quando as circunstâncias provocaram o reencontro com o algoz internalizado e sua força tanática.

O suicídio dramático de ambos, o primeiro com sua projeção no vazio, quando a mãe moribunda lhe evocou as imagens dos mortos-vivos com os quais convivera no campo de concentração; o segundo que se asfixiou com um saco plástico retratando o retorno do sufoco recalçado em sua alma. Tudo o que haviam laboriosamente construído pela via das palavras como tentativa de superação ruiu e a ferida traumática reabriu, promovendo uma hemorragia narcísica que não pôde mais ser estancada.

Assim também se deu com Wanda, a tia de Ida no filme, quando os restos mortais do filho confrontaram-na com o real e fizeram desmoronar suas frágeis defesas. Sua vida tornou-se inviável. O abismo não tinha mais como ser recoberto. O inimigo já não estava só fora, tinha permanecido dentro, aderido à pele do humilhado.

O algoz que habita o sobrevivente dessa devastação “herda” a responsabilidade de um crime que não foi cometido por ele, uma vez que o verdadeiro réu não assume a violência cometida.

Coube a Ferenczi desenvolver esse conceito do trauma do desmentido. À vítima desamparada pela omissão do verdadeiro autor do delito só resta como recurso de sobrevivência sua identificação com o agressor de quem depende. Facilita essa construção a suposição de que teria sobrevivido no lugar do outro, ou pior, de que sua salvação teria se dado ao custo de muitíssimas outras vidas. Como parca exceção, perpetua-se dentro de si um constrangedor sentimento de vergonha e culpa a produzir efeitos devastadores. Os de melhor sorte conseguiram dar um sentido à sua sobrevivência atribuindo-se uma função de testemunho. Além dos já mencionados, Elie Wiesel, Viktor Frankl inúmeros outros ancoraram nesse argumento sua razão para continuar existindo, mas, mesmo assim, em alguns deles o argumento não se sustentou e vieram a cometer suicídio muito mais tarde.

Não gostaria de excluir dessa reflexão o conhecido processo de transmissão psíquica de um segredo não revelado por 3 gerações ou até mais. As sensações e os afetos se manifestam apesar da ausência de simbolização e da repressão implacável. Freud estava seguro de que “nenhuma geração pode ocultar à geração que a sucede nada dos processos mentais mais importantes, a atividade mental inconsciente possui um *apparatus* que capacita interpretar as reações de outra pessoa”. Esses restos enigmáticos ou impensados se apresentam sob a forma de doenças mentais graves, delírios, paranoias, compulsões, somatizações ou mesmo ideações suicidas muitas vezes efetivamente cometidas. À intensidade acumulada dessas sobras não integradas, mas entranhadas nos herdeiros, falta equipamento de dissolução dos conteúdos que invadem perturbadoramente, como um corpo estranho. A frágil montagem psíquica construída não resiste, o algóz se instala e faz eclodir uma autoagressão recriminatória apesar da inocência do atingido. Se tiver sorte, a saída desse torturado pode ser orientar suas atividades para um fim caridoso ou assistencial cuja finalidade reparatória visa a expiação dessa culpa não se sabe bem do que mas de que alguém tem que dar conta. Ida parece ter sido orientada nessa direção, que reafirmou quando optou pela volta ao convento para cumprir sua missão.

Nos casos mais benignos esse resto pode se expressar como um ato criativo, seja por uma via estética, seja porque fundamenta uma sustentação ideológica onde a ética vai aparecer como contraponto de uma moralidade duvidosa que urge ser combatida.

A função de testemunho cumpre essa missão, mas não esgota o mal-estar. A vergonha e a culpa convivem com a adaptação a esse papel que dá um sentido à sua existência, mas pela via de uma autoclivagem narcísica. Esse sujeito amadurece um fragmento egoico e fica “sábio” (FERENCZI) mas “em lugar de se afirmar, é uma vontade estranha que se afirma à sua custa”. E ele sofre porque ficou devendo algo, tanto aos mortos, quanto aos vivos.

É isso que nos conta Levi em seus escritos

Você tem vergonha de estar vivo no lugar de outro?... não, você não vê transgressões evidentes, não defraudou ninguém, não espancou (mas teria força para tanto?), não aceitou encargos (mas não lhe ofereceram...), não roubou o pão de ninguém; no entanto, é impossível evitar. É só uma suposição, ou antes, a sombra de uma suspeita: a de que cada um seja o Caim de seu irmão e cada um de nós (nós aqui num sentido amplo, universal), tenha defraudado seu próximo, vivendo no lugar dele. É uma suposição, mas corrói: penetrou profundamente como um carcoma: de fora não se vê, mas corrói e grita (LEVI, 1988/2013).

Esse fantasma original, de natureza binária, e permeado pelo acaso, onde, para um existir o outro tem que morrer, ronda persecutoriamente a vida do sobrevivente, acossado pela demanda de vingança daquele que foi sacrificado. Um poema de Levi traduz essa angústia no limite do pensável:

*...Para trás, fora daqui gente submersa.
Vão embora. Não sobrepujei ninguém.
Não roubei o pão de ninguém.
Ninguém foi morto no meu lugar. Ninguém.
Retornem para suas brumas.
Não é minha culpa se vivo e respiro
Se como, bebo e visto panos
(A testemunha)*

A dramaticidade dessas experiências-limite deixa marcas indeléveis nos sobreviventes desse nível de barbárie. Uma boa parte deles terminou seus dias em seus campos de concentração particulares dos quais não conseguiram se libertar; os perseguidores, apesar da luta travada, levaram a melhor, afinal. Outros, talvez tiveram melhor sorte: Conseguiram manter a cripta preservada e reconstruíram suas vidas graças a uma resiliência privilegiada. Hipoteticamente, os primórdios de sua constituição subjetiva podem ter contribuído para esse significativo sucesso. Também, quem sabe, porque a vida, caprichosa como é, evitou que tropeçassem em acidentes passíveis de desencadear a evocação das feridas encarnadas.

Agosto de 2019

Rachel Sztajnberg
rachelsztajn@yahoo.com
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Referências

- AULAGNIER, P. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- LEVI, P. (1988). *É isso um homem?* São Paulo: Rocco, 2013.